

EDUCAÇÃO PARA A POLITIZAÇÃO NAS ESCOLAS: A IMPORTÂNCIA DA LEI 11.645/2008

Matheus Ramos Araújo de Sousa ¹

INTRODUÇÃO

A lei 11.645/08, que amplia a lei 10.639/03, estabelece como obrigatório o estudo da História e Cultura afro-brasileira e indígena em toda a educação básica. Compreendendo a diversidade multirracial das escolas, os processos de miscigenação através da referida lei, abre-se a possibilidade de construir discursos de autenticidades, em contraponto ao processo de colonização/invasão. O Brasil, durante muito tempo, manteve uma postura política de expulsão desses corpos; e o apagamento de suas histórias nos próprios livros didáticos. Para isto, o ensino educacional para politização vem buscando construir uma consciência crítica nos estudantes, que prevê reparação e o reconhecimento partindo do lugar de ensino básico brasileiro. Objetiva-se compreender as relações dos estudantes pretos e indígenas em seus coletivos, e adequações das aulas de sociologia com as questões étnicos raciais. Diante disso, busca-se ressaltar a politização como parte do processo educacional dos estudantes na luta por direitos e permanência nestes espaços.

METODOLOGIA

Utilizou-se como método a pesquisa qualitativo a partir de revisões bibliográficas para a fundamentação teórica deste texto, usando também a lei federal como base de solidificação de ideias.

DESENVOLVIMENTO/REFERENCIAL TEÓRICO

A lei 11645/08 torna obrigatório o ensino de Cultura e História afro-brasileira e indígenas nas escolas públicas e privadas em toda educação básica (BRASIL, 2008). Essa política afirmativa contribui para uma reparação histórica de grupos subalternizados que sofreram com o processo de apagamento de suas histórias desde a colonização. Isto é, fazendo-se uma educação que tenha como base essa negociação cultural curricular

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, matheus.araujo2@academico.ufpb.br.



favorecendo uma sociedade plural e promovendo o rompimento de pressupostos hegemônicos de culturas características (Silva; Neves; 2020, p.76). Problematisa-se o lugar da sociologia nesta construção de um currículo descolonial, pensando também que a evasão escolar no Brasil é predominante entre alunos racializados e pobres, que sofrem diariamente com a violência, favorecendo ainda mais a desigualdade e segregação educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação para a politização nas escolas, vem para fortalecer os coletivos estudantis de pessoas negras/indígenas que, ainda que as modificações sejam em passos lentos, os ensinamentos obrigatórios são vistos ainda como apenas em datas comemorativas. Enxerga-se, a necessidade de ampliar as disciplinas que contemplem tais discussões, como a Sociologia, espaço para um pensamento crítico e político de uma juventude que exigindo os espaços de atuação que combatam também o racismo. Pauta-se o direito e pertencimento do espaço educacional, que majoritariamente é elitista e branco.

Palavras-chave: Coletivo; Educação, Indígena, Preto, Política.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a lei nº 10.639 de janeiro de 2003. DOU: seção 1, Brasília, DF, ano 120, p. 1, mar. 2008.

SILVA, Gilson; NEVES, Josélia. **Educação Intercultural e os Aspectos da Lei 11645/08 - História e Cultura Indígenas.** Revista Canoas, v. 25, n. 2, ano 2020.

